

AD VERSO

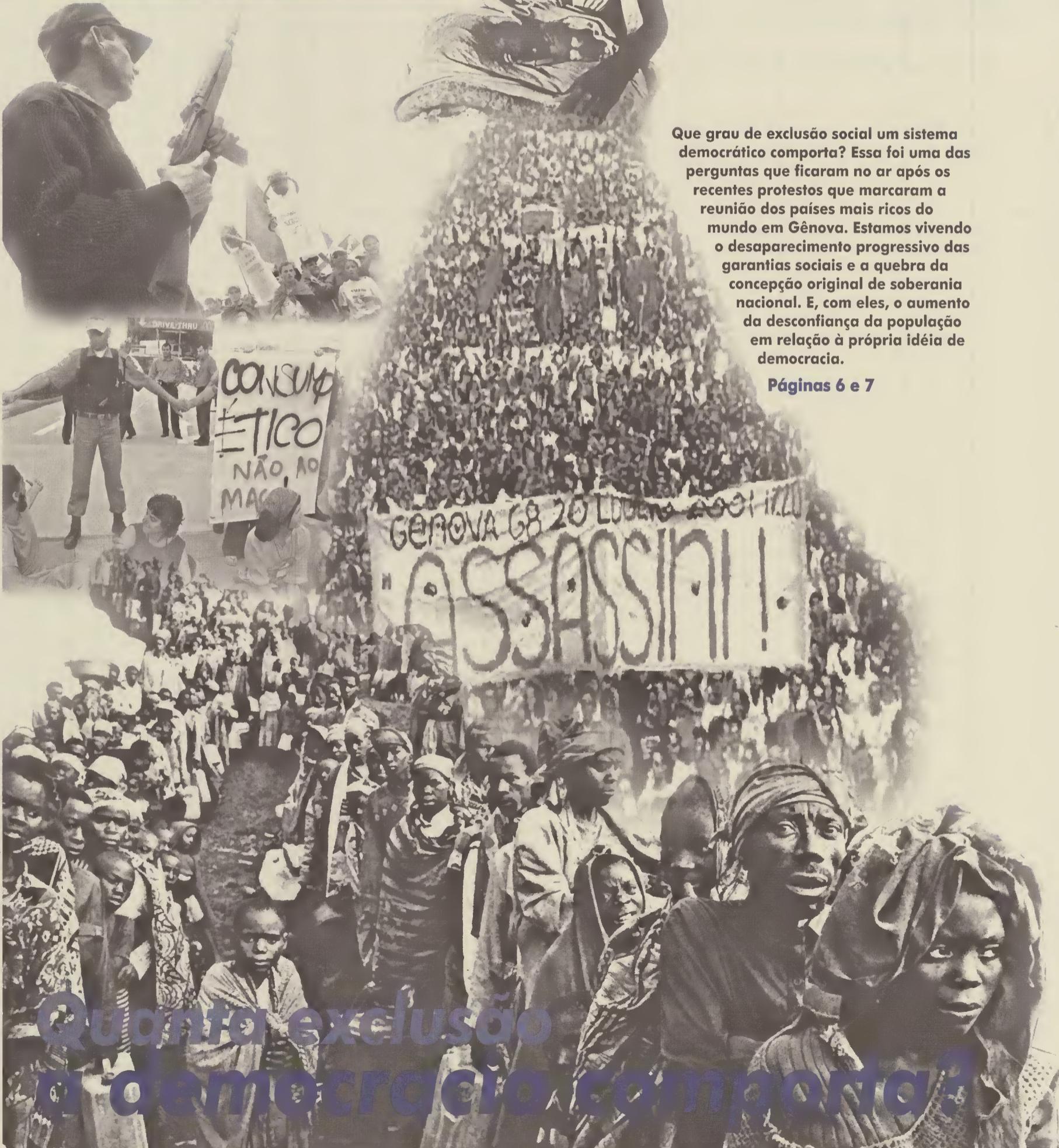
Jornal da Adufrgs

nº 86

1ª quinzena de agosto de 2001

Os servidores públicos federais realizam a maior paralisação da Era FHC. Na Ufrgs, os cerca de 2.500 técnicos administrativos inviabilizaram o início do segundo semestre. Dia 8, foi a vez dos servidores do INSS engrossarem as fileiras do grande protesto nacional. Mais de 30 universidades brasileiras pararam contra o sucateamento da universidade pública, a lei do emprego público e por um aumento salarial que não ocorre há sete anos. A diretoria da Adufrgs, junto com os servidores, aprovou um calendário de mobilização até a deflagração da Greve Nacional Unificada das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), no dia 22 de agosto.

Página 3





Cristina Lima

(In) Sustentável?

Os Servidores Públicos Federais não estão mais sustentando a situação de penúria e de desrespeito às condições de trabalho. Independentemente das posições globalizantes do governo FHC, que busca junto ao FMI um novo acordo para garantir seu programa neoliberal, os trabalhadores do serviço público chegaram ao limite da tolerância e da paciência.

Tachados, por este governo, como responsáveis pela situação deficitária da economia, observaram a dívida pública crescer de 20% do PIB, em 1994, para cerca de 50%, em 2001 (Bacen), enquanto os seus vencimentos amargaram uma redução de cerca de 76%, segundo o índice do Dieese (jan/1995 a dez/2000). Com a atual situação econômica e caminhando para o oitavo ano consecutivo sem previsão de sua recuperação salarial, os servidores não tiveram outra alternativa, a não ser paralisar as suas atividades e reivindicar uma melhoria em suas condições salariais.

O momento não poderia ser mais propício. O apoio da mídia e da opinião pública favorece aos trabalhadores do serviço público. Pressionado pelo STF, que acusa seu governo de omissão e de não cumprir com o previsto pela constituição, ao negar o reajuste salarial aos servidores federais, FHC se viu obrigado a recuar de sua postura intransigente e rever o orçamento para 2002. Apesar disso, aponta para um índice irrisório (cerca de 6%) o que não repõe o poder aquisitivo dos servidores. Ao mesmo tempo, busca um novo acordo com o FMI, objetivando um superávit orça-

mentário de 3,5% do PIB. Tal compromisso poderá inviabilizar o funcionamento digno das Instituições Federais de Ensino Superior. Portanto, é compromisso da comunidade universitária resgatar a dignidade, o salário compatível e as condições de trabalho no âmbito das Ifes.

Preocupa, ainda, a posição do MEC que só admite carreira para os servidores e docentes por meio do regime do emprego público, reafirmando que os cargos atuais, regidos pelo RJU, estarão em extinção nos próximos 15 anos (informe da audiência Fasubra - Sesu dia 07/08).

Apesar desse quadro negativo, as universidades públicas reagiram ao processo de desmonte e ampliaram a oferta de vagas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Os cursos do Sistema Federal de Ensino Superior obtiveram excelentes conceitos, mesmo considerando os equivocados meios de avaliação do MEC.

É nessa conjuntura, adversa às conquistas sociais e insustentável ao povo brasileiro, que os docentes devem se posicionar frente à grave ameaça de extinção da universidade pública. A adesão dos professores universitários a esse movimento mostrará que todas as conquistas da categoria não foram esquecidas. A luta contra a discriminação entre ativos e aposentados é condição indispensável para a manutenção de nossa dignidade acadêmica e profissional.

Assim, a resistência e a luta pela manutenção dos valores maiores da cidadania e da democracia devem superar as intempéries da economia global.

OBSERVATÓRIO

Livro verde

O Brasil precisa dar um salto tecnológico se quiser tomar o rumo dos países desenvolvidos ainda nesta década. Mas, para isso, deverá reverter a situação do ensino fundamental e atrair os investimentos do empresariado para ciência e tecnologia. Essas são as principais conclusões do relatório "Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafio para a Sociedade Brasileira - Livro Verde". Produzido por mais de 400 especialistas, a pedido do Ministério da Ciência e Tecnologia, o livro faz uma radiografia do setor no Brasil. O Ministério espera transformar o "livro verde" num plano estratégico que promova o salto tecnológico. Para isso, está organizando uma conferência nacional de ciência e tecnologia, que deverá se realizar entre os dias 18 e 20 de setembro, em Brasília. (Folha de S.Paulo)

Procuradores contra transgênicos

O Ministério Público Federal vai tentar anular o decreto presidencial que criou regras para a rotulagem dos produtos transgênicos. Os procuradores vão propor uma ação civil pública contra o governo federal e também ameaçam mover uma ação penal, caso o Ministério da Agricultura descumpra a decisão judicial que proíbe a comercialização de transgênicos no País. A reação da Justiça se refere a uma nota do Ministério da Agricultura que prevê a liberação do plantio e da comercialização da soja transgênica Roundup Ready, da Monsanto, no Brasil. Um dos itens questionados pelos procuradores é o que estabelece que o rótulo só deve conter a inscrição "transgênico" se um dos ingredientes geneticamente modificados representar mais de 4% do total de ingredientes do produto. Entretanto, o Código de Defesa do Consumidor não faz referência a percentual. Diz que o consumidor deve ser informado de toda a composição do produto. (O Globo)

Cientistas contra transgênicos

Um painel de 16 cientistas recomendou à EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA) que proíba o consumo humano do milho transgênico StarLink, devido a reações alérgicas que o alimento poderia causar. A Agência vai levar em consideração as análises do painel antes da liberação. No ano passado, o StarLink já havia sido detectado em diversos produtos para seres humanos, apesar da proibição. O milho possui um gene de bactéria que produz proteína capaz de combater pragas que atacam a planta. Entretanto, alguns estudos comprovaram que o pólen do milho transgênico afeta também larvas de borboletas monarcas. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos coordena

nou novos estudos de campo com o StarLink, mas os dados permanecem confidenciais, a pedido das empresas de biotecnologia envolvidas. (Folha de S.Paulo)

Boicote

Os Estados Unidos ameaçam não ir à Conferência Mundial Contra o Racismo, que deve começar em 31 de agosto, em Durban, na África do Sul. Bush quer retirar da pauta da reunião o sionismo e as indenizações para o escravismo e colonialismo. Mary Robson, principal organizadora do evento e alta comissária das Nações Unidas para os direitos humanos, e outros defensores da conferência disseram que os dois tópicos em questão são apenas propostas para a agenda. Algumas nações africanas e americanas afirmam ter direito a indenizações dos países que participaram do comércio de escravos nos séculos 18 e 19. Já a controvérsia sobre o sionismo remonta a uma resolução da ONU de 1975, que equiparou o sionismo ao racismo. A resolução foi revogada há dez anos, mas organizações árabes propuseram algo parecido na minuta de declaração da conferência, formalmente intitulada Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia, e Intolerância Relacionada. (The Washington Post / O Estado de SP)

Contos indígenas

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) lançou na sede da ONU, em Genebra, uma coletânea de contos indígenas que servirá de modelo para a preservação de outras culturas no mundo e está causando um impacto entre antropólogos. A coletânea "Nhande Rembypy" (Nossas Origens) é resultado de um trabalho de quase 30 anos do antropólogo e pró-reitor da Unesp, Wilson Gallego Garcia, que reuniu 1,5 mil páginas de contos, lendas e ritos do povo guarani-caiová, que vive na fronteira entre Brasil e Paraguai. Parte da inovação de Garcia foi publicar o material na própria língua do grupo indígena, seguido por uma tradução para o português de cada uma das lendas. Seis mil exemplares da obra serão enviados às escolas caiovás em Mato Grosso do Sul, onde vivem cerca de 20 mil índios. A falta de textos na própria língua prejudicava a preservação da cultura caiová. Os problemas sociais que atingem as tribos estão levando os membros do grupo a praticar suicídio. Para Garcia, a educação permitirá que a estrutura social do grupo seja restabelecida e, portanto, evitará novas mortes. (O Estado de São Paulo)

MOBILIZAÇÃO

Professores das federais decidem paralisar

Os docentes devem paralisar suas atividades ainda este mês. A decisão foi aprovada em reunião da Andes-SN em Brasília nos dias 4 e 5. Assembléias serão realizadas em todas as unidades das federais até o dia 17, para tratar da mobilização. A avaliação do presidente da Adufrgs, Rubens Weyne, é de que os professores darão um amplo apoio à paralisação, mesmo porque, com a greve dos técnicos administrativos, muito dificilmente o semestre letivo inicia agora.

A idéia inicial era paralisar as atividades por uma semana, em setembro, como advertência ao governo, mas foi decidido pela antecipação do protesto. A categoria vai exigir os mesmos índices de reajuste dos servidores das universidades federais e realizar atos contra o projeto do emprego público. Uma

das reivindicações é a manutenção do valor da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) em 160% do salário base, e sua incorporação ao salário. Outro objetivo é integrar o movimento de campanha salarial dos servidores públicos federais com outras categorias.

O sucesso da mobilização dos servidores pesou na decisão dos professores. "A Fasubra (Federação de Sindicatos das Universidades Brasileiras) está conseguindo fazer uma greve muito forte. A mobilização tem tido uma adesão cada vez maior", afirma Weyne. O presidente da Adufrgs, que participou da reunião da Andes-SN em Brasília, acredita numa crescente mobilização dos servidores, com a entrada, no movimento, de outras categorias. Os funcionários da Previdência também entraram em greve.

Bernardete Menezes, da direção

da Assufgrs, comemora a decisão dos professores. "É excelente para nós. Principalmente porque estamos em um momento importante, desfavorável ao governo. Eles acabam de renegociar um acordo com o FMI, e a reação do Supremo e do Congresso tem sido favorável ao movimento", explica. Segundo ela, a mobilização é uma das maiores já realizadas na Ufrgs. Três assembléias já realizadas reuniram cerca de mil trabalhadores cada. Bernadete afirma que, de 80 a 90% dos funcionários da universidade pararam suas atividades. "O sucesso é importante para nós, que começamos este movimento sozinhos", diz.

DIREITOS

Aprovado código de defesa do cliente bancário

O Conselho Monetário Nacional aprovou o Código de Defesa do Cliente Bancário, que garante aos clientes de bancos a possibilidade de lutar pelos seus direitos. Antes da criação do código, os Procons não podiam defender as pessoas lesadas pelas instituições financeiras, que se reportavam somente ao Banco Central. Agora, os bancos são obrigados a oferecer tratamento igual entre clientes e usuários e atender prioritariamente os deficientes físicos. O código determina ainda que as agências bancárias devem prestar atendimento ao público da forma convencional, ou seja, nos caixas, mesmo quando disponibilizem caixas eletrônicos ou serviços de auto-atendimento. Uma das principais exigências do código é garantir a transparência nas relações contratuais. Grande parte dos clientes não tem conhecimento das normas do banco quando abre uma conta.



Fabico: servidores acorrentam portões para impedir retirada de formulários de matrícula

Greve não é só por salários

Uma das ações mais emblemáticas dos servidores da universidade ocorreu em 31 de julho. Um dia antes do início da distribuição do material para cerca de 20 mil estudantes, os servidores trancaram o prédio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) onde estão guardados os manuais e requerimentos de matrícula da Universidade para o segundo semestre. Uma vigília no Centro de Processamento de Dados (CPD) impedi que os boletins (histórico dos alunos) fossem distribuídos.

Presente na ação, José Luis Rockenbach, coordenador geral Assufgrs, afirmou que os trabalhadores mantêm uma grande expectativa de vitória, afinal escoheram um momento estratégico para paralisar as atividades. "Sem matrículas,

mesmo os funcionários que querem continuar trabalhando não têm o que fazer", fala. Outro ponto importante do movimento, segundo Rockenbach, é que cresce a consciência, entre os funcionários, de que a questão em disputa não é "meramente salarial, mas um problema institucional, de sucateamento da Universidade".

Até aquele dia, 80% dos trabalhadores haviam aderido. Algumas unidades estavam totalmente paralisadas, como a Fabico e a pró-reitoria de Pós-Graduação. Outras funcionaram parcialmente (como a Esef, com dois funcionários e a Faced, só o porteiro). O único atendimento ao público que está sendo feito é o dos restaurantes universitários terceirizados.

Há mais de 30 universidades em greve no Brasil, com mobilização intensa como na do Rio Grande do Sul.

Os servidores pedem a reposição das perdas salariais de 74,48%, referentes a sete anos sem reajustes, e a revogação da Medida Provisória 2.150-39, de 28 de junho deste ano. O ponto mais criticado pelos técnico-administrativos é a substituição da Gratificação por Atividade Executiva (GAE), de 160% sobre o vencimento básico, pela Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional (GDAE), que passa a variar conforme a atuação individual do servidor. Dependendo do nível, o salário básico varia de R\$ 300,00 a R\$ 1 mil. São 2,5 mil os servidores da Ufrgs párados.

Calendário de mobilização

- 6/8 a 17/8 – Rodada de AGs para avaliar o indicativo de greve (22 de agosto);
- 10/8 – Ato público de estudantes - 9h - praça Argentina;
- 13/8 – Assembléia Geral da Adufrgs - 15h - Fac. Ciências Econômicas;
- 13/8 – Ato Público das Universidades Federais (RS) na Assembléia Legislativa;
- 17/8 – Campanha Salarial Unificada SPF's (RS) Araújo Viana.
- Passeata até o Centro - Largo Glênio Peres - 12h.
- 18/8 e 19/8 – Reunião do Setor das Federais da Andes-SN em Brasília;
- 20/8 e 21/8 – Nova rodada de AGs.
- 22/8 – Deflagração da Greve Nacional Unificada das Ifes.

GREVE EM GREVE

Fábrica Osanai

RIO GRANDE DO SUL

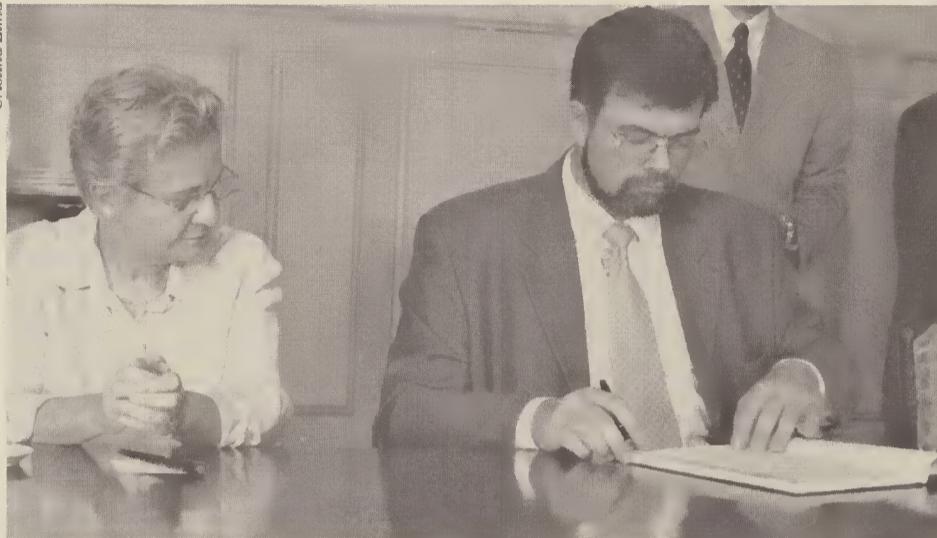
Ceitec impulsiona pôlo de microeletrônica

A implantação do Centro de Excelência Ibero-Americano em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) deu um importante passo, no último mês, com o lançamento do Programa Nacional de Microeletrônica – *Design*. O Rio Grande do Sul receberá R\$ 240 milhões para o desenvolvimento do projeto que colocará o Estado como um dos pontos de referência de uma rede nacional de desenvolvimento de tecnologia avançada. RS e São Paulo serão as âncoras deste projeto de desenvolvimento do setor da microeletrônica no Brasil. A construção do laboratório do Ceitec, orçada em quase R\$ 100 milhões, é uma ação conjunta do governo gaúcho, prefeitura de Porto Alegre, universidades, entidades empresariais e da Motorola Semicondutores.

Até o final de agosto será lançada, em Porto Alegre, a pedra fundamental do Ceitec, dando início à implantação de seu complexo físico, que ficará localizado em uma área entre o Campus do Vale da Ufrgs e o campus da PUC. Ambas as universidades são parceiras no projeto, junto com a Unisinos, o governo do Estado, a Prefeitura de Porto Alegre, a empresa Motorola, a Fiergs, a Federausul, e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica (Abinee/RS). No último dia 28 de julho, quatro técnicos gaúchos partiram para Austin, no Texas, para um estágio de cinco semanas na sede da Motorola. A equipe gaúcha fará o treinamento nos equipamentos que serão utilizados no Ceitec, assimilando informações relevantes ao processo CMOS (Complementary Metal Oxide Silicon), tecnologia de produção de *chips*.

Orçado em quase R\$ 100 milhões e

Cristina Lima



uma das principais iniciativas do Programa Nacional de Microeletrônica – *Design*, do governo federal, o laboratório deverá entrar em operação em Porto Alegre em 2003. Segundo informou o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Renato de Oliveira, a empresa de engenharia Spectra, dos Estados Unidos, será a responsável pela construção do laboratório do Centro de Excelência.

Os equipamentos doados pela Motorola Semicondutores, avaliados em R\$ 30 milhões, chegarão ao Estado em janeiro de 2002. A instalação está prevista para novembro do mesmo ano. Conforme Oliveira, em 2003 o laboratório já poderá entrar em atividade, mas as operações completas serão iniciadas somente em janeiro de 2004. O secretário esclarece que o Ceitec não será laboratório ou fábrica "da Motorola", mas sim um elo entre universidades, centros de pesquisa e iniciativa privada. Com os equipamentos doados pela Motorola, as empresas poderão contratar nas chamadas *design*

houses o desenvolvimento de modelos próprios de *chips*, que então serão produzidos e testados pelo Ceitec. As fábricas que hoje investem na concepção de *chips* têm de contratar o *design* no Exterior. Em três anos, o governo federal estima que deverão entrar em operação mais de 30 *design houses* no País. Renato de Oliveira acredita que boa parte dessas empresas de projetos de *chips* vai se instalar no Estado, devido à proximidade com o centro. O Programa Nacional de Microeletrônica também pretende atrair fábricas de *chips* ao País.

Projeto pioneiro

Além do laboratório em Porto Alegre, centros de *design* e testagem de *chips* de São Paulo receberão investimentos, formando uma rede de pesquisa e desenvolvimento, que abrangerá 13 Estados da Federação. A estratégia é considerada decisiva para a existência de empresas de semicondutores no País. Segundo o secretário gaúcho de Ciência e Tecnologia, os projetos do Ceitec e do Programa Nacional de Microeletrônica colocam definitivamente o Rio Grande do Sul e o Brasil no mapa da microeletrônica. Palavras confirmadas pelo diretor regional da Motorola Semicondutores, Antônio Sergio Calmon: "Não há projeto como esse abaixo da linha do Equador", garante.

Como sede do Ceitec, que receberá da Motorola cerca de R\$ 30 milhões em equipamentos, o Rio Grande do Sul tem tudo para aumentar sua competitividade na atração de investimentos, pois se tornará referência latino-americana em prototipagem de *chips*. Essas iniciativas já têm resultados concretos. O Estado está consolidando uma posição de gerador de soluções para as áreas de informática e microeletrônica. Companhias como a HP Consulting (unidade de software da gigante Hewlett Packard) optaram por se instalar aqui por essa razão: A EMC, uma das maiores empresas de software do mundo, também já manifestou interesse em instalar uma unidade no Rio



Renato de Oliveira: o Rio Grande do Sul e o Brasil entram, definitivamente, para o mapa da microeletrônica. Na foto, o então presidente da Fapergs (hoje secretário de C&T) e a reitora da Ufrgs, Wana Panizzi

Grande do Sul. Para o secretário estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Zeca Moraes, essas iniciativas representam uma excelente oportunidade para o Estado consolidar uma posição de liderança num dos setores mais estratégicos da economia mundial. Segundo Zeca Moraes, a meta do governo gaúcho é desenvolver um pôlo de inteligência e de desenvolvimento de alternativas em software e microeletrônica, muito mais do que tornar o Estado um mero montador de computadores.

Recursos

A inclusão do Ceitec no Programa Nacional de Microeletrônica agilizará o repasse de recursos do sistema de Ciência e Tecnologia – Ministério, Finep e CNPq – ao projeto gaúcho, através dos fundos setoriais. O custo total do Centro está orçado em R\$ 92,5 milhões. Além dos R\$ 44,2 milhões da União, o Governo do Estado e a Prefeitura de Porto Alegre investirão R\$ 11,2 milhões. Os outros investidores são Motorola (R\$ 34 milhões), CNPQ (R\$ 2,5 milhões), Fapergs (R\$ 150 mil) e Finep (R\$ 400 mil).

O protocolo de intenções assinado no final de julho pelo vice-governador Miguel Rossetto com o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Saldemberg, selou definitivamente a instalação do laboratório de *chips* da Motorola através do Ceitec. A iniciativa, segundo Rossetto, representa um marco importante na construção de um ambiente de pesquisa, formação e qualificação de recursos humanos. "Trata-se de um projeto que envolve um conjunto de esforços, governos, empresas e universidades para estimular a pesquisa e a tecnologia de ponta. A capacidade de produção tecnológica e científica que representa um setor como este é estratégica para o nosso Estado e o País na construção de uma política industrial competitiva no mundo. Temos enorme espaço e oportunidade de avançar este setor, contribuindo para o fortalecimento de nossa economia," avançou Rossetto ao assinar o protocolo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFGRS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
CNPJ/MF Nº 90.757.204/0001-84	
BALANÇETES – VALORES MENSais – 2001	
RUBRÍCAS / MESES	MAI
ATIVO	2.190.019,17
FINANCIERO	1.937.209,85
DISPONIVEL	193.809,32
CAIXA	1.027,51
BANCOS	1.882,72
APLICAÇÕES CLIQUEDEZIMEDIATA	190.902,40
REALIZÁVEL	1.744.277,25
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.542.528,31
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.542.528,31
CREDITOS A REALIZAR	291.751,84
DEVOLVEDORES	0,00
CRÉDITOS A RECUPERAR	197.187,58
ADANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.837,20
PRÉVIOS DE SÉGURO A VENCER	967,18
ATIVO PERMANENTE	252.119,29
IMOBILIÁRIO	244.705,38
BENS MOVEIS	73.673,00
BENS IMÓBILIS	197.187,58
REFORMAS EM ANDAMENTO	35.075,51
(DEPRECIACOES ACUMULADAS)	61.132,18
DIFERIDO	7.419,91
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	8.687,48
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS)	1.273,97
PASSIVO	2.143.751,06
PASSIVO FINANCIERO	251.829,84
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	237.479,30
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	8.205,45
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CREDORES DIVERSOS	234.299,85
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	14.153,34
PROVISÕES P/ENCARGOS P/PESSOAL	14.153,34
SALDO PATRIMONIAL	1.892.123,02
ATIVO LÍQUIDO REAL	808.980,40
SUPERAVIT ACUMULADO	1.268.172,62

ADUFGRS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
FOLHA 2	
RUBRÍCAS / MESES	MAI / ACUMULADO
RECEITAS	92.824,44 / 649.388,36
RECEITAS CORRENTES	70.908,22 / 384.100,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.908,26 / 384.100,84
RECEITA CAIXA DE MATERIAIS	0,00 / 0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	19.921,22 / 86.380,28
RECEITAS FINANCEIRAS	19.621,22 / 86.360,28
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00 / 0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	1.489,18 / 2.126,54
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	1.489,18 / 2.126,54
OUTRAS RECEITAS	508,80 / 6.800,77
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	6,80 / 5.048,45
OUTRAS RECEITAS	600,00 / 1.762,31
DESPESAS	74.463,03 / 403.120,84
DESPESAS CORRENTES	74.463,03 / 403.120,84
DESPESAS COM CUSTEIO	29.067,44 / 133.511,81
DESPESAS COM PESSOAL	11.997,89 / 68.002,28
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.504,92 / 32.371,25
DESPESAS DE EXPEDIENTE	7.499,09 / 29.756,11
DESPESAS CAMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	354,98 / 2.950,61
DESPESAS DE CUSTEIO	0,00 / 336,98
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANTENIMENTO	960,12 / 2.346,13
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.860,82 / 8.466,42
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	363,58 / 950,36
ENCARGOS FINANCEIROS	4,02 / 46,20
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00 / 0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	26.494,84 / 175.219,77
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00 / 3.427,00
DESPESAS COM VIGIENS	12.002,29 / 56.751,15
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	200,00 / 1.165,84
DESPESAS CATTIV.POLÍTICO-ASSOCIATIVA	911,25 / 9.079,07
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	13.381,20 / 53.994,91
DESPESAS DE ENTREGAS ASSOCIATIVAS	9.000,00 / 9.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.809,75 / 86.389,26
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	16.389,75 / 76.822,94
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.617,00 / 17.561,32
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	18.361,41 / 46.267,51
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	46.257,51 / 46.267,51
RUBENS C. V. WEYNE	NINO M. FERREIRA DA SILVA
PRESIDENTE	CONTADOR – CRCRS Nº 14418

UNIVERSIDADE

Fundações se multiplicam e são alvo de denúncias

Para driblar os entraves impostos pelo emaranhado das leis surgem, em número cada vez maior, as fundações de apoio às universidades. Autônomas e privadas, elas encurtam caminho para o ingresso de recursos destinados ao financiamento de projetos e pesquisas ou aquisição de móveis e equipamentos. Se as fundações servem à universidade, por que estão na mira dos defensores do ensino público e gratuito? A questão, que já vinha sendo discutida há algum tempo virou polêmica em março passado quando a Revista Adusp, da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, revelou os números milionários relativos ao faturamento das inúmeras fundações que atuam dentro da Universidade.

E são tantas, segundo a Revista Adusp, que não se sabe ao certo o número. Um levantamento feito pela equipe de reportagem contabilizou 28. "Algumas têm centenas de funcionários e movimentam somas mais altas do que as destinadas, no orçamento da USP, às unidades que lhes deram origem", diz a revista. As fundações da USP, de acordo com a publicação da Adusp, usam o nome da universidade, a estrutura física e professores – na maioria das vezes contratados em regime de dedicação integral – para a prestação de consultorias privadas e cursos remunerados.

O temor de que as fundações de apoio acabem se desvirtuando de suas funções e dando prejuízo às universidades públicas veio novamente à tona durante o processo de aprovação da recém-nascida Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Neste caso a idéia de se criar uma fundação privada para atuar junto à instituição foi rejeitada e gerou controvérsias. Na Ufrgs, não há provas de que a universidade estaria mais perdendo do que ganhando ao ser apoiada por uma fundação. Mas o fato suscita preocupações, tanto que já foi lançada a proposta de se fazer um estudo profundo sobre a atuação destas instituições dentro da universidade, a exemplo do que foi feito na USP.

De acordo com a Revista Adusp, as críticas às fundações obrigaram a reitoria da USP a pensar medidas preventivas, a fim de evitar problemas como os que ocorreram em Bauru (SP) no ano passado. Lá, a Justiça Federal suspendeu os cursos pagos realizados pela Fundação Bauruense de Odontologia (Funbeo), conveniada com a Faculdade de Odontologia da USP: a Comissão de Legislação e Recursos (CLR) encomendou um estudo a uma especialista em direito administrativo sobre a relação das fundações com a universidade. O documento, segundo a matéria, apresenta propostas para disciplinar os vínculos entre as fundações e a USP, e sugere um maior controle das entidades de apoio.

Mas se, para uns, a atuação das fundações privadas junto às universidades representa uma ameaça de privatização, é considerada por outros, uma forma de agilizar o funcionamento das instituições públicas, driblando a burocracia das leis. Para o secretário Estadual de Ciência e Tecnologia e professor da Ufrgs, Renato de Oliveira, as fundações de apoio, se bem administradas e devidamente fiscalizadas, representam ganhos para a universidade pública.

A fiscalização das fundações de direito privado é feita pelo Ministério Público. Todos os anos o MP confere as contas das instituições e abre processo de investigação caso seja detectada alguma irregularidade, ou quando há denúncias de má administração.



Faurs: prédio, construído no Campus do Vale, em regime de comodato, custou R\$ 1,2 milhão

"Uma fundação é acompanhada pelo Ministério Público desde o nascimento. Qualquer alteração no estatuto ou, ainda, a sua extinção precisa passar pela aprovação do MP", explica o titular da Procuradoria de Prefeitos e Fundações do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Ziolkowski.

Para o procurador, as fundações de apoio foram criadas para "facilitar a vida das universidades" e representam uma "tentativa das sociedades de resolver os problemas da educação que o governo não consegue solucionar". Atualmente, segundo dados da Procuradoria, há 416 fundações no Rio Grande do Sul controladas pelo Ministério Público, 356 delas de direito privado. As previdenciárias são fiscalizadas pelo INSS e as públicas pelo Tribunal de Contas.

Faurs

Criada em 1994, a Faurs é a maior fundação que atua dentro da Ufrgs. Na Escola de Engenharia há outras duas e o Hospital de Clínicas recebe o apoio da Fundação Médica. A proliferação de fundações, como aconteceu na USP, na opinião do diretor de Projeto da Faurs, Nilton Rodrigues Paim, pode gerar um desequilíbrio orçamentário e consequentemente um prejuízo para a universidade, já que a queda da receita significa menos investimentos. "Uma fundação única, que atenda a todos os setores, significa um custo de manutenção menor", garante.

O que a diretoria denomina "superávit" chegou no

ano passado a R\$ 600 mil, valor que vem sendo reinvestido, segundo o diretor-presidente da Faurs, Rodrigo Costa Mattos, nos cinco fundos que compõem a fundação (graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e apoio à comunidade universitária). De acordo com Mattos, quando a atual gestão assumiu, em 1996, o superávit girou em torno de R\$ 240 mil, menos da metade do resultado de 2000. Atualmente há 1,1 mil projetos em desenvolvimento, a maioria sob encomenda da iniciativa privada, que também custeia pesquisas propostas pela universidade, desde que seja de interesse comum.

Há dois anos a Fundação funciona em um prédio construído dentro do Campus do Vale, em regime de comodato com a Ufrgs, que custou à entidade R\$ 1,2 milhão. O acordo é válido por 20 anos. "Achamos melhor construir o prédio dentro do campus, porque depois passa a ser patrimônio da universidade", justifica o dirigente, que aponta ainda como vantagem para a comunidade universitária o fato de ficar junto às unidades do campus.

Um dos pontos nevrálgicos do caso USP, a contratação de professores para serviços extras remunerados, não representa uma ilegalidade para os diretores da Faurs, ainda que estes sejam funcionários de Dedicação Exclusiva (DE). O procurador Luiz Carlos Ziolkowski confirma a legalidade do procedimento. "Desde que os horários sejam compatíveis, não há problema", garante.

DEMOCRACIA

Um bem escasso

A questão da democracia é uma pedra no sapato dos defensores da globalização financeira. Como falar em democracia quando uma parcela cada mais expressiva da humanidade está excluída de todo e qualquer benefício proporcionado pelo capitalista? A repressão policial contra os manifestantes antiglobalização, a fome no Terceiro Mundo, a epidemia de Aids na África ou a corrupção no Brasil são expressões distintas, mas não menos ilustrativas, da violência do modelo neoliberal. Ao mesmo tempo justificam a desconfiança dos latino-americanos na democracia. Pesquisa realizada em maio e junho por um instituto chileno, mostrou que, no Brasil, apenas 30% dos entrevistados disseram preferir a democracia a qualquer outro regime. Mas essa é apenas a ponta de um iceberg que, à deriva, coloca em risco a própria idéia de democracia.

Zaira Machado e
Marco Aurélio Weissheimer

O assassinato do jovem ativista Carlo Giuliani pela polícia italiana, durante o recente encontro do G8 em Genova, reabriu um incômodo debate para os apologistas da globalização econômica. Em uma conferência sobre os "Desafios contemporâneos da Democracia", feita em Porto Alegre, em agosto de 1999, o jurista alemão Friedrich Müller propunha uma reflexão que extrapola a área de interesse dos operadores do Direito, a quem se dirigia o evento: "Que grau de exclusão social um sistema democrático ainda comporta?".

Entre as razões para o atual processo de fragilização da democracia, Müller destacou a equivocada inversão da vontade e do interesse pessoal sobre o interesse público. De acordo com ele, estamos vivendo o desaparecimento das garantias sociais e a quebra da concepção original de soberania nacional com base no desenvolvimento autossustentado. Ele denunciou, também, o agravamento da violência do Estado Democrático de Direito pelo domínio da mídia, mesmo quando a detenção do controle da comunicação social depende de outorga estatal. Mais uma vez, o caso do ativista italiano é ilustrativo. A fim de amenizar o impacto causado pelas imagens chocantes da execução, a mídia mundial empenhou-se em desqualificar a vítima a ponto de banalizar a ação criminosa da polícia. Alguns dias depois do assassinato, o Jornal Nacional, da Rede Globo, apresentava Giuliani como representante de um movimento punk animado pela violência e por uma rebeldia sem causa. Enfrentar esse controle, que um número irrisório de indivíduos detém sobre a mente da sociedade, é "o desafio imprescindível ao Estado Democrático Contemporâneo" lançado por Friedrich Müller.

Em outro artigo, intitulado "Democratas e kleptocratas", o sociólogo e ensaísta Robert Kurz, também alemão, critica a necessidade de justificativas apologeticas para o avanço da crise mundial, que considera inusitada tanto em termos quantitativos como qualitativos. Acompanhando o colapso do que chama "capitalismo de Estado", Kurz localiza no início dos anos 90 o começo da mudança no modelo explicativo da crise. "Como o capitalismo econômico não pode ser chamado pelo nome", ironiza, o discurso oficial teve que conceber, "a duras penas, causas diversas, por mais despropositadas que sejam, para poder citar a dissolução da sociedade em geral, sem ter de deslegitimar a ordem sacrossanta".

Os responsáveis pela crise

Crítico implacável da globalização financeira, Kurz aponta sua metralhadora a todos que, de repente, "viraram ardorosos defensores do mercado". Não poupa, é claro, o neoliberalismo e a doutrina redentora das reformas de mercado: "redução do Estado, desregulamentação, privatização, livre comércio concorrência solta". O problema, na opinião de Kurz, é que "a oposição entre mercado e Estado não é aquela entre capitalismo e não-capitalismo e sim uma oposição no interior do próprio capitalismo". A crise, desta forma, não é acarretada por uma determinada orientação político-econômica interna ao sistema, mas pela "lógica que funda o próprio sistema". Por isso, na maioria dos países onde foram implantadas como alternativas ao "capitalismo de Estado" e ao keynesianismo "as reformas mercadológicas antes agravaram a crise do que a superaram".

O novo modelo explicativo substituiu o "paradigma da economia política" pelo "paradigma do culturalismo", atribuindo a crise a motivações extra-econômicas. Assim, explica Kurz, "o fracasso nunca é do mercado, mas somente de pressupostos jurídicos e institucionais falhos". E a causa dos colapsos que se sucedem, a despeito das "reformas mercadológicas", "não é o vitorioso modo de produção capitalista", mas os "bárbaros" do Sul e do Norte, a quem faltam "pressupostos institucionais, consciência mercadológica, educação democrática, direitos de propriedade e, sobretudo, uma cultura empreendadora".

Para o sociólogo alemão, o ataque dos países ricos ocidentais ao Japão e aos tigres asiáticos, tidos há pouco como economias-modelo, é de novo uma inversão da relação entre causa e efeito. "Na verdade, não é a corrupção, o domínio das máfias, o terrorismo etc. que provocam a crise, e muito menos o antigo pendor pela economia de Estado, mas o fracasso desses países no mercado mundial". Mesmo assim, lamenta Kurz, "a lógica basal do sistema não pode mais ser apontada como causa" e "mesmo antigos críticos e a maioria das chamadas organizações não governamentais (ONGs) movem hoje, lado a lado com o Banco Mundial, campanhas anticorrupção ridículamente ineficazes".

Bem no espírito do totalitarismo econômico, a segurança jurídica das transações capitalistas e a garantia do direito de propriedade pri-



Crise econômica aumenta desconfiança

Em princípio, e no discurso, quase todos os governantes e lideranças políticas são a favor da democracia, da solidariedade e da justiça social. Em recente entrevista à revista Veja, o primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, fez uma apologia destes valores: "Acredito nos valores socialistas de solidariedade, busca de justiça social e igualdade de oportunidades para todos. Não acredito em pesadas intervenções estatais e grandes planejamentos". Após apresentar seu credo político, Blair indicou os objetivos que seu governo persegue: "meus objetivos são socialistas: diminuição da pobreza infantil, combate ao desemprego entre os jovens, grandes investimentos em educação e saúde. Estou buscando alcançar os de uma nova maneira", afirmou referindo-se à chamada "Terceira Via", que vem sendo implantada por diversos partidos social-democratas na Europa. O próprio Blair enumera suas linhas

gerais: "tenho orgulho em dizer que meu governo apóia a iniciativa privada, é a favor da eficiência das empresas inglesas, tem uma posição firme contra o crime e acredita na justiça social. Na minha opinião, esse é o caminho certo para os partidos de centro-esquerda hoje", concluiu.

Em síntese, o que Blair diz é que acredita nos valores socialistas, tem objetivos socialistas e considera que, para alcançá-los, é preciso adotar uma plataforma liberal. Deixando de lado a esquizofrenia teórico-metodológica, a política de Blair está perfeitamente afinada com as linhas gerais das formulações político-econômicas dos agentes financeiros internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a Federal Reserve (o Banco Central norte-americano). E a política destas instâncias é clara e homogênea: diminuição da presença do Estado na economia, desregulamentação radical da economia (eliminação de direitos sociais e trabalhistas) e abandono da concepção de uma soberania nacional autossustentada. As perguntas de Friedrich Müller reaparecem aqui, sob outra forma, mas com a mesma legitimidade: que tipo de democracia pode emergir de um modelo que encara o Estado e o interesse público como "inimigos do desenvolvimento"? Que grau de justiça social pode ser esperado de um discurso baseado na "eficiência das empresas privadas"?

A desfiguração da democracia

Apropriados pelos adoradores do mercado, os "valores e objetivos socialistas", dos quais falou Blair, estão sendo desfigurados. Os arremedos de democracia (puramente formais) que vêm sendo sustentados em vários países do mundo provocam estragos na própria idéia de democracia.

Uma recente pesquisa realizada pelo instituto de pesquisas chileno Latinobarômetro indicou que o apoio à democracia na América Latina caiu 12 pontos no último ano, chegando a 48% em 2001. No Brasil, a situação é alarmante. Apenas 30% dos entrevistados disseram preferir a democracia a qualquer outro regime. É uma queda de 20 pontos desde 1997. Depois do Brasil, os países que menos valorizam a democracia são Guatemala (33%), Panamá (34%), Paraguai (35%) e Colômbia (36%). No extremo oposto estão Uruguai (79%), Costa Rica (71%) e Peru (62%). A pesquisa,

realizada anualmente desde 1995, ouviu 18.135 pessoas em abril e maio deste ano.

A chilena Marta Lagos, diretora do Latinobarômetro, atribuiu o resultado à crise econômica. "Na América Latina, há uma alta expectativa de que a democracia forneça bens econômicos. Quando isso não ocorre, não apenas o governo que está no poder é castigado, mas também a própria democracia", avaliou. Para ela, enquanto não se valorizarem os bens políticos do sistema, as democracias continuarão sendo instáveis.

Ainda de acordo com a pesquisa, os latino-americanos têm mais confiança na igreja (72%), na televisão (49%) e nas Forças Armadas (38%) do que em instituições como o Parlamento, os partidos, o Judiciário. Apesar de 24% confiam no Parlamento, 21% nos partidos políticos e 17% nos outros cidadãos de seu País.

A força da televisão revela uma face ainda mais preocupante do processo de fragilização e desmantelamento da idéia de democracia. A pesquisa do instituto chileno indica que a maioria da população parece confiar mais no que é dito e apresentado na televisão do que naquilo que sai da boca dos seus representantes políticos. Segundo Marta Lagos, na América Latina, a confiança na televisão é o outro lado da moeda da desconfiança. "O domínio dos meios de comunicação na formação da imagem é o dado mais relevante ao qual ainda não se deu a devida atenção no continente. Eles criam os conceitos que as pessoas têm na cabeça."

A pesquisa do instituto revelou ainda um aumento modesto no apoio a regimes autoritários (de 18% em 2000 para 19% em 2001). No Paraguai, a porcentagem de cidadãos que dizem preferir um governo autoritário a um democrático em certas circunstâncias (43%) superou a de pessoas que apoiam a democracia (35%). Outro dado revelado pela pesquisa é que a satisfação dos latino-americanos com a democracia caiu na mesma proporção que o apoio ao regime: de 37% em 2000 para 25% em 2001. O motivo, segundo os pesquisadores é porque, com a crise econômica, a democracia não está fornecendo os bens econômicos esperados. Para 59% dos entrevistados, o mais importante é haver desenvolvimento econômico, enquanto 20% afirmaram que é ter um sistema democrático.

Esses números servem de alerta para a presença de uma antiga equação totalitária: desmoralização da política, relativização da liberdade, promessa de uma mão forte capaz de conduzir todos ao paraíso. A alta incidência de casos de corrupção envolvendo figuras dos altos escalões governamentais é mais um ingrediente nesta fórmula de consequências imprevisíveis, contribuindo para a desmoralização não só dos políticos, mas da própria atividade política. E se o fazer político está indo para o ralo, a democracia vai junto com ele. A pesquisa do instituto chileno parece materializar o diagnóstico de Friedrich Müller: o processo de globalização econômica está fazendo da democracia um bem escasso, seja por sua ausência seja por sua desfiguração aos olhos da população. A apropriação de alguns dos valores mais caros à história da luta contra a opressão e a tirania pelo discurso dos "donos do mundo" é mais uma expressão cínica e perversa deste processo.

No final de junho, a ONU aprovou a criação de um fundo multilateral para combater a Aids. No entanto, a obsessão pelo lucro da indústria farmacêutica põe em risco o principal objetivo: o acesso ao tratamento por parte de milhões de pessoas carentes

Uma solidariedade falida

Philippe Rivière*

A “guerra da Aids” começou na África do Sul. Em Durban, por ocasião da conferência mundial de junho de 2000, os doentes africanos denunciaram o “apartheid sanitário” – as vítimas da Aids estão, em sua maioria no hemisfério Sul e os medicamentos, no Norte – e exigiram com veemência o acesso de todos aos tratamentos anti-virais. Em Pretória, a 19 de abril de 2001, as 39 empresas farmacêuticas que processavam o Estado sul-africano acabaram por perceber a medida dos desgastes que a defesa exacerbada de suas patentes provocava na opinião pública mundial e, subitamente, abandonaram o processo. Elas queriam demonstrar que as leis sul-africanas que procuravam garantir o acesso aos medicamentos a um custo aceitável eram contrárias ao acordo sobre os ADPIC – aspectos dos direitos de propriedade intelectual relativos ao comércio – negociado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As consequências desta primeira grande vitória foram duras: o governo sul-africano afirma não estar em condições de estabelecer um amplo programa de acesso aos necessários tratamentos. “Os anti-retrovirais continuam caros”, explica Jo-Anne Collinge, porta-voz do Ministério da Saúde.¹ Posição que também denuncia o dr. Bernard Pécout, dos Médicos sem Fronteiras (MSF): “Na favela do Cabo – três milhões de habitantes – o dispensário, construído por várias associações, oferece há 18 meses um programa de prevenção e testes de verificação que resultam no tratamento das doenças oportunistas. A partir do início de maio, também oferecemos os anti-retrovirais, em frontal oposição ao governo.”

Crítica às multiterapias

O ministro francês da Saúde, Bernard Kouchner,² qualificou como “terríveis sacrifícios” as doações e diminuições de preços anunciadas pelos laboratórios, que, entretanto, se mostram insuficientes. O financiamento dos tratamentos requer uma mobilização internacional de nova amplitude, que será conduzida por Kofi Annan. Depois de ter dedicado nada menos do que quatro sessões do Conselho de Segurança à pandemia, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) empenhou-se, pessoalmente, na criação de um fundo global de luta contra a Aids, a tuberculose e outras doenças infecciosas.

A iniciativa de Kofi Annan³ dá prosseguimento à proposta formulada por um grupo de pesquisadores e especialistas internacionais, reunidos na Universidade de Harvard (Boston) por Jeffrey Sachs. Ao constatarem a falência médica e moral das organizações internacionais em matéria de Aids, eles propuseram, em 4 de abril de 2001, uma “fórmula de consenso para os tratamentos anti-virais contra a Aids nos países pobres” amplamente divulgada pela imprensa internacional.

O documento do Harvard começa por uma crítica às multiterapias: apesar seu sucesso nos países ricos, “elas permanecem amplamente inacessíveis nos países mais pobres do planeta, onde as intervenções concentraram-se quase exclusivamente na prevenção. Devido ao vertiginoso crescimento das taxas de mortalidade por Aids nos países de baixa renda, a preven-

ção da transmissão do vírus e o tratamento das pessoas infectadas devem ser, ambos, prioridades globais da saúde pública.”

Os argumentos do grupo de Harvard

Em seguida, refuta “as objeções do passado”: “Os países pobres não dispõem de infra-estrutura médica adequada para um tratamento seguro e eficaz.” Resposta: uma parte da ajuda será destinada a reforçar as estruturas sanitárias. Por outro lado, a experiência da favela do Cabo demonstra, segundo o dr. Pécout, que “com meios modestos – nada dos ‘elefantes brancos’ propostos como projetos-piloto pela Unaids – é possível dar um tratamento de qualidade”.

“A má administração de regimes medicamentais complexos pode levar a criar resistências”; Andrew Natsios, administrador da USAid, principal agência norte-americana de desenvolvimento internacional, chegou mesmo a explicar que muitos africanos “jamais viram qualquer espécie de relógio”, e que seria praticamente impossível que tomassem os medicamentos nos horários estabelecidos! Nessa lógica, por que também não proibi-los aos analfabetos do hemisfério Norte? O argumento esquece, sobretudo, que os regimes medicamentais penosos se referem apenas a uma ínfima parte dos doentes, aqueles nos quais as primeiras terapias não fizeram, ou não fazem mais efeito.

O financiamento dos tratamentos viria desviar os recursos destinados à prevenção: “Um tratamento apropriado, não só serve para evitar a morte de indivíduos infectados”, enfatizam os pesquisadores de Harvard, “mas também desempenha um enorme papel na prevenção, ao reduzir a carga viral das pessoas tratadas e incentivar uma maior participação [de outros] nos programas de prevenção.”

A desistência dos laboratórios

São propostos objetivos quantitativos: um milhão de pessoas em tratamento ao final de três anos (contra dez mil atualmente). No seu quinto ano, o programa completo: prevenção e tratamentos associados, atendendo a três milhões de pessoas a um custo de 6,3 bilhões de dólares.

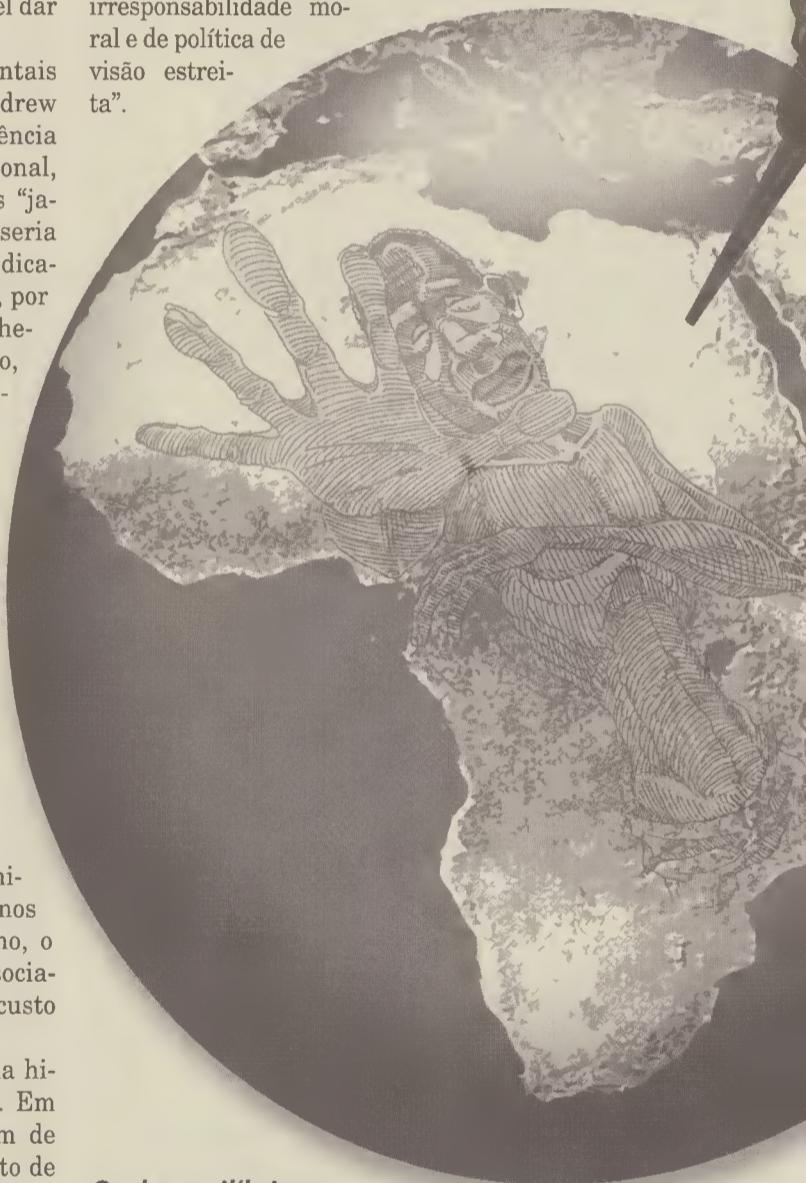
O acesso aos medicamentos começa a ser uma hipótese que se ouve nos círculos internacionais. Em Pretoria, as empresas farmacêuticas desistiram de competir. Kofi Annan tem em vista um orçamento de 7 a 10 bilhões de dólares por ano, alimentado por contribuições excepcionais provenientes de governos, empresas e fundações filantrópicas.

“Irresponsabilidade moral e política”

A esperança renasce. Enfim, algo acontece! Porém, a modesta contribuição inicial anunciada no início de maio pelos Estados Unidos (duzentos milhões de dólares, dez vezes menos do que o que se esperava) faz murchar essa impressão. E a conferência organizada em Genebra, em 4 de junho, soa como um chamado à ordem. O fundo global, criado pela necessidade de financiar o acesso aos tratamentos, parece dar as costas e, novamente, se focaliza na solidariedade internacional exclusivamente da prevenção. “Um extraordinário sentimento de convergência” animou os conferencistas e o dr. David Nabarro – diretor-executivo do departamento da OMS chefiado por Gro Harlem Brundtland, diretora-geral – sente-se recompensa-

do. Conclusão dos debates: as vítimas obterão “uma quantidade limitada e cuidadosamente escolhida de tratamentos medicamentosos”.

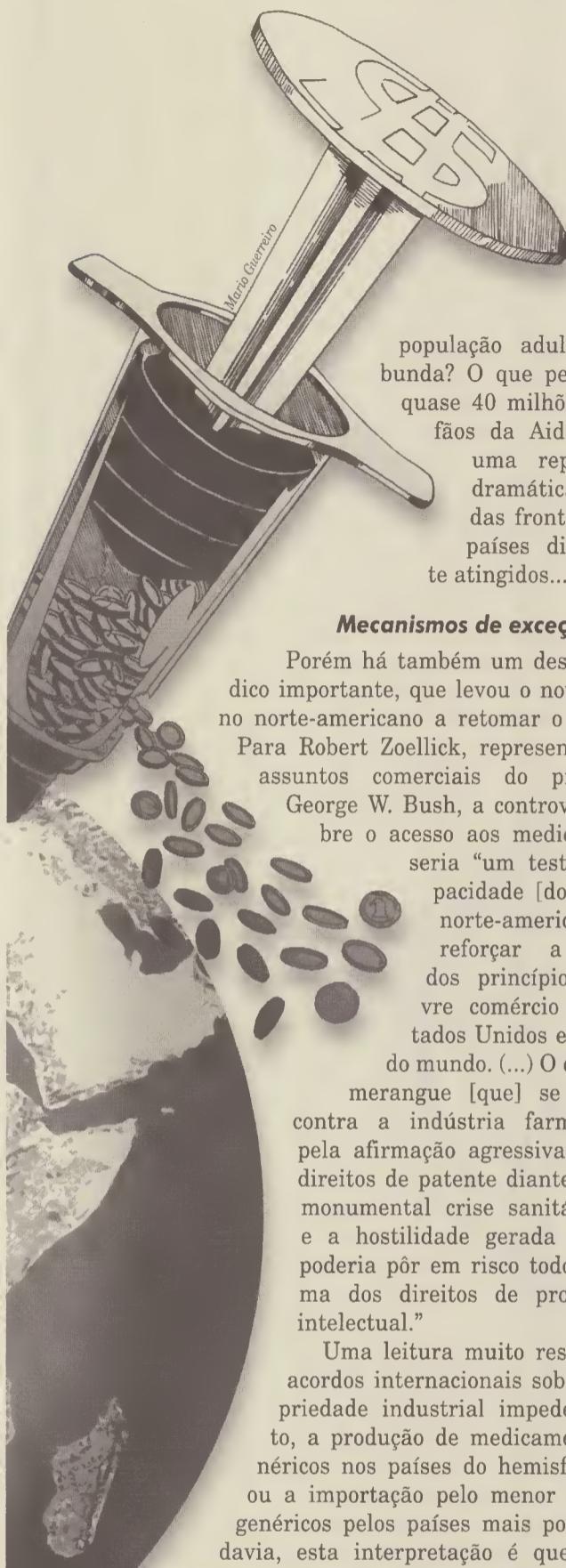
Segundo Sachs, este “desvio de uma estratégia equilibrada (prevenção e tratamento) na direção de uma opção de prevenção sem tratamento seria um desastre. (...) Prevenção e tratamento formam uma combinação inseparável. Ainda que a atual falta de financiamento seja chocante, não pode servir de desculpa ao abandono da causa do tratamento. Aquém de sete bilhões, não há esforço sério. O sub-financiamento do controle da epidemia permanecerá um dos maiores atos de irresponsabilidade moral e de política de visão estreita”.



Os desequilíbrios demográficos

De que serviram essas declarações marciais feitas pelos principais dirigentes internacionais? “Não há, no mundo, qualquer guerra que seja mais importante”, declarou o general Colin Powell durante sua visita ao Quênia, no final de maio. “Sou o secretário de Estado dos Estados Unidos da América, não o secretário da Saúde: por que estou interessado nesta questão? (...) Porque é mais que uma questão de saúde pública. É uma questão social. É uma questão política. É uma questão econômica. É uma questão de pobreza.”

O Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos já havia, anteriormente, identificado a epidemia de Aids como uma das mais importantes ameaças de longo prazo à estabilidade mundial. Além do risco sanitário, os desequilíbrios demográficos previstos (no que se transforma um país com a metade da



população adulta moribunda? O que pensar dos quase 40 milhões de órfãos da Aids?) terão uma repercussão dramática fora das fronteiras dos países diretamente atingidos...

Mecanismos de exceção

Porém há também um desafio jurídico importante, que levou o novo governo norte-americano a retomar o assunto.

Para Robert Zoellick, representante de assuntos comerciais do presidente George W. Bush, a controvérsia sobre o acesso aos medicamentos seria "um teste da capacidade [do governo norte-americano] de reforçar a adoção dos princípios do livre comércio nos Estados Unidos e no resto

do mundo. (...) O efeito bumerangue [que] se prepara contra a indústria farmacêutica pela afirmação agressiva de seus direitos de patente diante de uma monumental crise sanitária (...), e a hostilidade gerada por isso poderia pôr em risco todo o sistema dos direitos de propriedade intelectual."

Uma leitura muito restrita dos acordos internacionais sobre a propriedade industrial impede, de fato, a produção de medicamentos genéricos nos países do hemisfério Sul, ou a importação pelo menor preço de genéricos pelos países mais pobres. Todavia, esta interpretação é questionada por muitas associações (dos MSF à Campanha Sul-Africana pelo Acesso aos Tratamentos, passando pelo Act Up), que reivindicam, junto aos governos, às organizações internacionais e nas ruas, uma utilização mais ampla das "licenças obrigatórias" e das "importações paralelas". Dois mecanismos previstos como exceções, como nos casos de urgência sanitária, nos Adpic.

A oferta da Cipla

No início de 2001, o "efeito bumerangue" manifestou-se: o Brasil, atacado na OMC pelos Estados Unidos, contesta vigorosamente o peso financeiro das patentes sobre sua política de distribuição gratuita de medicamentos anti-Aids. Em 25 de maio, a Índia pede que a Argentina, no âmbito da OMC, abra seu mercado de remédios aos industriais indianos. Nos fóruns internacionais, configuram-se convergências entre o Brasil, a Índia, a Tailândia e a África do Sul. Entre os países ocidentais, apenas a França, timidamente, fez propostas: "Também é necessário explorar outras vias, como a produção de novos remédios pelos próprios países em vias de desenvolvimento" (mensagem do presidente Jacques Chirac aos conferencistas de Durban, em 9 de julho de 2000,

no que se fez acompanhar por Lionel Jospin, por ocasião de sua viagem à África do Sul em 5 de junho de 2001). E as comunidades europeias vêm tentando compreender melhor as exigências de saúde pública em sua interpretação dos acordos sobre os Aspic (comunicado de 11 de junho de 2001).

Neste clima, a oferta feita aos MSF pela empresa indiana Cipla – um coquetel de anti-retrovirais a menos de 350 dólares por ano (ao invés de dez mil dólares pelos produtos dos grandes laboratórios) – tem o efeito de um raio. Subitamente ela tornou crível o surgingimento, no hemisfério Sul, de produtores de medicamentos genéricos a baixo custo.

Uma aceitação suspeita

James Love, coordenador do Consumer Project on Technology (Washington) e pivô da oferta da Cipla, enfatiza: "É muito importante o sucesso dos produtores do hemisfério Sul nos países em desenvolvimento. Sem eles, não existe uma referência real com relação aos custos. Portanto, é importante não vincular a utilização dos fundos globais a compras de produtores europeus e norte-americanos e, por outro lado, autorizar a concorrência e comprar das empresas que oferecerem o melhor preço com uma qualidade aceitável. [Jeffrey] Sachs foi terrível nesse ponto: recomendou que as compras fossem feitas exclusivamente dos grandes laboratórios."

Seria por isso que o mecanismo de Harvard foi aceito pelo governo Bush, pela Comissão Européia, pelos especialistas da OMS, pela Usaids, pela Fundação Bill e Melinda Gates... e pela indústria farmacêutica? Oferecia uma resposta ao "apartheid sanitário", sem deixar de proteger as patentes.

É possível patentear o sol?

No entanto... depois da Cipla, muitos "genéricos" entraram em circulação permitindo pensar em tratamentos a 200 dólares por ano. A fórmula proposta por Harvard avalia o custo em cerca de mil dólares. "Seria extremamente perigoso se o fundo global se concretizasse com base nesse 'arranjo' entre as empresas farmacêuticas e o governo norte-americano", pensa o dr. Pécul. "Uma leitura minuciosa do artigo 30 dos acordos sobre os Adpic permitiria, na verdade, que os fundos adquirissem genéricos. O custo total dos medicamentos para cinco milhões de pacientes passaria, então, de cinco bilhões para um bilhão de dólares. Isso resolveria de uma só vez o dilema prevenção-tratamento e liberaria financiamentos para as infra-estruturas e para o acompanhamento dos doentes."

Em 1955, o dr. Jonas Salk, criador da primeira vacina contra a poliomielite, foi entrevistado como herói em um programa de televisão. O jornalista lhe perguntou a quem pertencia a patente. "Bom... ao povo. Não há patente. É possível patentear o sol?" No final de sua vida, o dr. Salk dedicava-se essencialmente à pesquisa de uma vacina contra a Aids. Contra a fúria anti-terapêutica, conseguirão seus sucessores fazer brilhar um raio de sol?

Traduzido por Teresa Van Acker

* Jornalista, Le Monde Diplomatique.

1. Financial Times, Londres, 5 de junho de 2001.
2. Canal France 2, 31 de maio de 2001. Sem dúvida, o ministro ignora que, através de deduções fiscais, uma doação feita pela Pfizer, lhe permitiria economizar 25% do valor comercial do medicamento – e que o contribuinte norte-americano poderia comprar de duas a dez vezes mais moléculas dos fabricantes de genéricos (Fonte: MSF).
3. O único precedente, com resultados decepcionantes, foi o Fundo de Solidariedade Terapêutica International (FSTI), lançado em 1999 por Kouchner. De volta ao governo, ele acaba de lançar uma iniciativa europeia de cooperação hospitalar.

EUA

O pesadelo americano

A matéria de capa do New York Times do dia 6 de agosto mostra que, se por um lado, o padrão de vida dos estadunidenses aumentou nos anos 90, por outro há sérias preocupações incomodando o sono tranquilo da sociedade. "Se os lares das pessoas são maiores, também são suas hipotecas; e se possuem mais carros, elas perdem mais horas se deslocando para o trabalho", afirma a matéria. É o sonho americano atualizado, conforme disse ao jornal Robert E. Lang, um analista urbano da Fundação Fannie Mae, organização independente de pesquisa. Um dos mais sérios "problemas" para a sociedade norte-americana vem do próprio crescimento da economia. O imã da disponibilidade de empregos atrai imigrantes em um ritmo cada vez maior. "Cerca de 44% dos 30,5 milhões habitantes do país que nasceram no exterior, ou 13,3 milhões de pessoas, chegaram aos EUA nos anos 1990". Os imigrantes correspondem a 11% da população do país, o maior percentual desde os anos 1930, e quase um entre cinco americanos não falam inglês em casa. O Urban Institute, uma organização de pesquisa de política social, disse que entre 8 e 9 milhões de imigrantes vivem ilegalmente nos Estados Unidos, incluindo entre 4,5 e 5 milhões de mexicanos. "Os números para ambas as categorias estão cerca de 1,5 milhão acima das estimativas do Serviço de Imigração e Naturalização". Além disso, 18% de todos os habitantes com pelo menos cinco anos de idade falavam outra língua que não o inglês em casa, 4% a mais do que em 1990. Destas pessoas, 60% falavam espanhol, e 43% disseram não falar inglês "muito bem". Os imigrantes também estão se dispersando pelo país. "Segundo William H. Frey, um demógrafo da Universidade de Michigan, as populações de 27 estados possuem atualmente pelo menos 5% de estrangeiros, em comparação com 14 estados em 1980. Os estados com maiores populações de imigrantes tenderam a ser os que cresceram mais com o boom econômico".

FILANTRÓPICAS

Lei exige contrapartida

As universidades e escolas de ensino médio filantrópicas deverão converter a isenção de contribuição patronal, que as beneficia, em bolsas de estudo. A regra foi estabelecida pelo artigo 19 da lei 10.260, de 12 de julho. O Ministério da Previdência estima que as universidades e escolas de ensino médio filantrópicas devem conceder a alunos carentes, até o final do ano, quase 170.000 bolsas de estudos de no mínimo 50% do valor das mensalidades. Segundo a Previdência, 99.793 universitários e 66.410 alunos do ensino médio deverão ser beneficiados com essas bolsas. As universidades filantrópicas ameaçam questionar no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da lei. Os reitores das filantrópicas que integram a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias querem definir a estratégia de combate aos efeitos imediatos da lei. Há uma tendência de os reitores entrarem na Justiça.

Uma aposentada muito ativa

Quando o docente se aposenta, entra numa verdadeira autonomia. Ele está livre das obrigações imediatas, das hierarquias e das constantes avaliações institucionais. Nessa liberdade pode implementar, nas suas ações, a teleologia imanente de que é portador como cidadão e dar corpo a um projeto civilizatório, ao qual continua pertencendo, no mais alto grau. Evidente que esse fato poderia ser objeto de uma tese e de uma ampla pesquisa. Restringe-se aqui, essa tese e essa pesquisa, às magníficas ações através das quais os aposentados da Ufrgs estão manifestando o seu grau de civilização e a teleologia imanente que cultivaram quando ativos nas suas instituições e áreas nobres da universidade. A sua ação torna-se especialmente notável na área cultural e nas respectivas comunidades que não possuem fins lucrativos. A nobreza dessas ações sobre-se, na maioria das vezes, do anonimato e da discrição. Mas a sinal do artista plástico é a de se expor, pois a sua obra só ganha sentido na medida em que ela circula. Por essa razão deseja-se ressaltar a exposição das obras de Maria Annita Linck. Através dessas obras da Marianita deseja-se evidenciar, como num índice, o processo civilizatório que os aposentados da Ufrgs continuam, mesmo sem os vínculos das obrigações institucionais imediatas.

Maria Annita Tollens Linck, ou Marianita, como esta cidadã deseja ser conhecida no mundo da arte, está abrindo o novo milênio com novos caminhos numa série de cerâmicas.

Como cidadã, Marianita foi obrigada a uma longa, minuciosa e rigorosa formação pelo mundo afora para conquistar a sua cidadania na arte. Teve de trabalhar arduamente como os demais cidadãos e conquistar o direito de se aposentar dos demais trabalhos que a civilização impõe a todos. Aguardou esse momento para financiar a sua carreira artística e a sua obra, pois artista plástico não se aposenta e a inspiração não pode aguardar mecenias. Ela aposentada e mais ativa e criativa do que nunca. Quem conhece a sua carreira sabe que, ao entregar ao mundo alguma obra, o público está diante da mais alta qualidade, como agora nessa nova série de potes antropomorfos. Eles passaram pelas mais rigorosas normas com as quais ela sempre cerrou a sua obra quanto entrega algo ao público.

A sua obra cerâmica não concorre com ninguém e desarma qualquer um sem questionamentos raivosos. Ela sabe que a guerra quebra mais do que constrói, principalmente em se tratando da cerâmica. Faz triunfar a sua vontade de paz que os seus potes lhe exigem para continuarem a existir.

Sem estardalhaços, sem escândalos, sem gritos ou motins, a sua obra, que ora apresenta, apenas deseja ser verdadeira. Verdade que evoluiu através de um trabalho continuado e intenso numa busca coerente com os limites que a cerâmica impõe na evolução da linguagem de sua arte. Passou pela almofadas, chegou ao pote poético, enveredou pelas rimas desse pote com a figura feminina. Eis que apresenta o esplendor dos seus potes antropomorfos negros, carregados de todos e mais profundos prazeres que pode ser ofertada a um simples mortal. O arquétipo negro feminino, que emerge noturno e saturado de um imenso prazer e carregado de uma sensualidade elaborada que se oferece ao olhar, ao tato e até ao ouvido, pois a cerâmica queimada nas temperaturas, que Marianita as submete, também possui um belo som.

Marianita combina a estrutura que a Terra oferece à elaboração do Fogo e ao sopro criativo do Ar, para que o pote possa conter a Água da vida. Nessa vida acrescenta-lhe o tempo primordial, onde se desenca-deiam os ciclos continuados da criação desde as eras mais remotas. Nessa dimensão do Cronos domesticada

do, ela recapitula as eras primordiais do mundo, onde consegue fazer triunfar o Eros sobre Tanatos, plasmando as obras que ora oferece ao nosso prazer de ver, tocar e viver.

Com o tempo que aprisiona nos seus potes retorna às origens da cerâmica: uma síntese entre a cultura oriental e ocidental. Anterior à técnica do torno, constrói com placas cerâmicas e fogo os seus arquétipos, que limitam e aprisionam o tempo e o espaço.

Quando se escreve que o sul-rio-grandense não faz cerâmica, certamente não se conhece a obra dessa mestra. A cerâmica erudita sulina e brasileira deve muito

a Marianita, inclusive o primeiro curso superior de cerâmica do Brasil.

Marianita convidam agora para a viagem ao contrário para refazer as suas origens, buscar o repertório feliz e seguro do qual se originaram e perpetuam como obra. Nasel o tempo se torna concreto e transcende a sua origem ao fazer essa prazerosa conexão entre o criador de uma sólida obra portadora de um passado. Isso se dá através de um observador que se aproxima dela, prisioneiro de um momento presente e que no seu olhar, toque e vida, empresta um futuro a essa obra, vinda do passado primordial do Cronos, dos quatro elementos, da vida e da cultura.

A obra que consegue esse feito instaura uma civilização. Caso contrário ela é mais um trabalho, um evento e que o vento da natureza se encarrega de fazer voltar ao ciclo implacável das fúrias que regem os seus elementos.

Nem todos possuem a coragem ou a força para renunciar a esse ciclo implacável da natureza. Um bom começo, para esse reencontro com o tempo civilizatório da arte, é entrar em contato com a mestra que conseguiu disciplinar esse tempo, fazer o retorno às origens dessa civilização.

Não existe nada mais concreto do que o bom diálogo com a mestra e com todo aquele universo que ela delegou à sua obra num momento de transe.

Por isso a cidade de Porto Alegre é feliz por possuir essa mestra e essa obra que prolonga no tempo esse saber tão sólido e tão simples como o prazer de brincar com o barro da nossa origem comum.

Nesse barro Marianita modela as formas de um corpo feminino jovem, origem de todos nós. Se ela quebra tabus, são os tabus forjados e sustentados pela nossa ignorância. A série dos seus totens, que ora nos oferece, exibem as formas mais puras e mais íntegras de um corpo feminino jovem, velando-se e se descobrindo nas suas relações com o mundo. A interrogação que instauram é o questionamento sobre a possibilidade de passar do tabu para o totém, sem culpa, tragédia e destruição. Na sua forma de silenciosos pontos de exclamação, esses vasos negros de Marianita afirmam que isso é possível, apesar do caminho estreito, traiçoeiro e demorado. Eles conduzem à recompensa do prazer usufruído sem culpa, sem tragédia e sem destruir nada. Origem feminina, que não renuncia nem à sua beleza nem à busca da instauração de uma civilização que possa prolongar o prazer de estamos simplesmente no mundo. Criador e observador, conectados entre si pela obra de arte, transformam esse 'estar no mundo' em 'um mundo' digno de ser vivido.

A obra de Marianita nos mostra que isso ainda é possível. Ela não vende futuro algum. Na sua obra cerâmica, elaborada em Porto Alegre nos primeiros dias de um novo milênio, ela oferece esses signos de uma civilização concreta e feliz. O brinde e o prazer passam a ser tanto de quem elaborou esses signos, como de quem pode, sem culpa e sem ameaça de soberania, usufruir deles agora.

É só conferir a sua exposição a partir do dia 30/08/2001 na Galeria Tina Zappoli (Rua Paulino Teixeira, no 35 - CEP 90420-160 - Fone: 3332.3726).



Artista dedicou sua vida à obra que faz parte de uma pesquisa sobre cerâmica no Rio Grande do Sul

Marianita insiste que a cerâmica é um material privilegiado para as artes plásticas em todas as épocas e lugares. No universo da cerâmica são necessárias escolhas precisas e ela sabe que toda a escolha é uma perda. Ela escolheu o pote como seu limite e competência. Limite que ela carrega de afeição que derrama sobre a superfície no momento irreversível em que o artista se despede de sua obra. Toda obra de arte também possui um momento em que ela se despede do seu criador, caso contrário não chegaria a ser obra de arte. Essa obra deve entrar e viajar no mundo dos outros, depois de ter passado pelo transe da criação, aprisionado na segurança de uma única vez. Os potes antropomorfos de Marianita passaram por esses momentos de transe e carregam nos seus corpos negros a soma de uma infinita série de buscas subterrâneas para se conectar, não só com a artista mas com todas as circunstâncias nas quais foram criadas. Sua obra pessoal não se furtar ao diálogo com as duas Alices, de um Xico, de um Vasco ou de Cláudio Martins Costa, de um Gilberto Pegoraro, de uma Jussara Guimarães, vinculando-se as águas profundas e subterrâneas que regaram as obras de toda uma geração de artistas sul-rio-grandenses.

Evidente que os vasos negros e antropomorfos de



Cleci Silveira - contista

No sótão dormem bonecas

Voltei ontem a esta velha casa de pedra. Nada muda por aqui. Sempre foi assim. Muitos nasceram e morreram, alguns móveis foram trocados, reparos foram feitos nas redes elétrica e hidráulica, uns poucos aparelhos de conforto moderno foram adquiridos, modificaram-se os banheiros, mas, em essência, ela continua a mesma. Está impregnada dos cheiros do passado. Cozinha-se no fogão a gás, porém o odor de achas de lenha queimando em fogão de barro enche a cozinha, e a comida tem o aroma de outros tempos. No quarto onde dormi, noite passada, havia uma fragrância de água-de-colônia, a mesma das noites idas da nossa infância. Há pouco andei pelo jardim entre as mesmas flores, os mesmos arbustos, descansei no velho banco de pedra sob o caramanchão de três-marias, me pareceu ter percebido imagens fugitivas, que em vão tentei perseguir. Retornando pelo lado oeste da casa, cruzo o umbral, limpando outra vez os sapatos na pedra de arenito rosa já meio côncava pelo uso, mas sempre resistindo, não importa quantas vidas tenham passado sobre ela. Transposto o vestíbulo sombrio, encontro a escada que leva ao sótão. Apoio-me no corrimão tosco e empreendo a subida, resolvida a exumar o passado.

No pátio, começam latidos insistentes do cão, alguma coisa o põe em guarda. É um animal cioso de sua missão de proteger a morada dos Barretos, como o foram seus antepassados. Ninguém invade seu território. Tem músculos fortes e, embora normalmente passivo, seus pêlos vigilantes eriçam-se ao menor ruído, seja ele um simples ruflar de asas ou passos estranhos aproximando-se. Espero. Finalmente Campeiro aquietá-se, talvez convencido da falta de motivos para suas preocupações. Num jogo de associação, um som traz outro à lembrança: um nostálgico apito de locomotiva, como se o trem ainda passasse por aqui, uma sombra fora de moda projetando-se na curva do morro. Parece que algo se move no topo da escada. Brunhilda? Sem sustos, amiga, já não está comigo o filtro do amor, faz um longo tempo o cálice escapou-me da mão trêmula. Procuro enxotar esse geniozinho fantasista, meu visitante contumaz, e subo, degrau por degrau, cheia de expectativas e temores, em busca de minhas realidades e de minhas fábulas.

Tal como no resto da casa, pouco mudou nestes poucos metros quadrados onde construímos nossos sonhos. Reencontro, logo à primeira vista, o toucador tão familiar em nossa adolescência, parte da mobília do quarto ocupado por nós quando vínhamos durante as férias. É uma versão crioula do Art Déco francês com um grande espelho oval sobre uma mesinha baixa, um bloco de gavetas de cada lado, forrados na parte superior por um tecido estampado. Os motivos do exílio estão visíveis: vidros quebrados, pernas arruinadas, pano desbotado, falta de puxadores. Pelos cantos, algumas floreiras esguias, de madeira escura e igualmente decadentes, acompanham o toucador em seu desterro, depois de lon-

gos serviços prestados enfeitando as salas na gloriosa função de porta-folhagens...

O velho baú colonial! Muitos antiquários teriam babado por ele, mas nós o condenamos a permanecer aqui, como parte da nossa história. Paga tributo por ter incorporado nossas palavras, nossas emoções, em tantas horas da longa convivência conosco. Não podíamos deixá-lo ir. E, afinal, onde iríamos guardar roupas e objetos para nós tão caros, coisas trazidas da Capital para desocupar os armários de lá e servirem de alimento às traças daqui. Não perde a dignidade que lhe conferem a madeira nobre e as ferragens antigas, não obstante algumas feridas que lhe ficaram da última batalha travada nesta casa entre Júlia, nossa caseira desde sempre, armada com seus terríveis venenos, e um exército poderosamente organizado de cupins, em mais uma investida. Levanto a tampa, o cheiro de mofo invade o ar. Um reflexo de lantejoula fere-me os olhos: eis minha fantasia de bailarina, cetim e tule azul. Algumas roupas – isso me ocorre agora, olhando es-

Do conto de Cleci Silveira, **"No sótão dormem bonecas"**, que integra o livro **"No sótão dormem bonecas"**, volume 27, da série Narrativas, de WS Editor. O livro, que está sendo lançado neste mês de agosto, traz orelhas escritas por Liberato Vieira da Cunha e apresentação de L. A. de Assis Brasil.

suor misturado aos ingredientes que o tempo vai acumulando sobre elas, mas de algumas saliências e reentrâncias, pequenas rugas no lugar onde apertou a cintura, uma vaga sinuosidade no ponto onde modelou um seio recém-desabrochado. As mangas me fascinam. Marcadas pela curvatura dos cotovelos e por dobras na parte de dentro, parecem ensaiar um movimento para a frente, talvez destinado a libertar um gesto final, cujo ímpeto ficou outrora retido. Era uma tarde de domingo de carnaval. Fomos para a praça, Débora e eu. Ela de cigana, uma cigana que fora minha no ano anterior, a saia rodada de cetim verde meio curta para ela, deixando à vista meio palmo de canelas finas. Cada uma com sua bisnaga (naquele tempo inocente) de lança-perfume. No local, cheio de carnavalescos, passeavam piratas, índios, havaianas, baianas sobre as calçadas forradas de confetes e serpentinas. De vez em quando, passava um carro enfeitado, com gente cantando. Débora e eu também cantávamos. Débora, minha companheira indispensável, ideal, a quem não importavam meus caprichos, a que fazia todas as minhas vontades. A partir daquele dia considerei natural ela herdar minhas roupas, minhas sobras. Aquele carnaval passou, vieram outros carnavais, outras festas, a juventude de Débora aprisionada nos meus vestidos de outro baile, de outra formatura, de ou-

conteúdo. No papel finalmente entregue a Débora nada restava do amor jovem e deslumbrado de Marcelo por ela, havia até uma pontinha de crueldade para destruir qualquer possível esperança. Nada muito sério, pois, afinal, na idade em que estávamos, sonhos e esperanças renascem com a mesma rapidez com que morrem. Mas não para Débora. Ela era diferente, com certa tendência a mistificar a realidade, uma atitude levianamente atribuída por todos ao temperamento sensível e à veia poética. Ninguém, tampouco, preocupou-se em rastrear a gênese daqueles pesadelos recorrentes que infernizaram-lhe a infância. Em suma, exceto a imensa beleza, Débora possuía tão pouco, mesmo assim eu a inveiei tanto!

E agora, finalmente homologado, depois de tantos anos, o inventário de minhas lembranças, disponho-me a descer, mesmo porque logo serei chamada para o jantar. Com os demais sobreviventes e nossos amáveis fantasmas, partilharei as iguarias incomparáveis com seu gosto próprio, resistente ao tempo. Do alto da escada, fico olhando os degraus, tantos e tão gastos. Daqui Débora caiu (ou jogou-se, feito Brunhilda atirando-se nas chamas que devoravam o corpo para sempre perdido de Siegfried?). Penou ainda alguns dias, depois morreu. Jovem e linda. Foi seu trunfo contra mim, que solitária e irremediavelmente envelheço.

ORELHA



Dicionário do século XXI

Jacques Attali
O século em que entramos há
pouco está cheio de interrogações

pois pouco está cheio de interrogações. Este livro arrisca responder algumas delas. Centenas de verbetes trazem prognósticos de diversas áreas sobre os assuntos que dominarão a pauta dos jornais no século XXI. Editora Record, 400p. R\$ 45,00.



O livro dos erros

Mario Goulart
Coletânea de frases ditas através dos tempos e que hoje se deixam ver como as imensas bobagens que eram. Seja na arte ou na ciência, o dia-a-dia está sempre cheio de pequenas ilusões, que só mais tarde vão se mostrar um verdadeiro besteirol. Editora Record. R\$ 30,00.



Capitalismo senil

A grande crise da economia global

Jorge Beinstein

Diganostica os males do discurso glo-

Diagnóstico os males do discurso globalizante, analisa a leviandade com que a falácia estatal, a miséria e a concentração econômica foram acobertas pela ideologia neoliberal. Editora Record, 174p. R\$ 28,00.

www

Oriente Médio

 www.ahram.org.eg/weekly/
Jornal semanal publicado no Cairo desde 1875. Contém artigos assinados por intelectuais do mundo árabe e análises sobre o conflito no Oriente Médio.

Globalização

 [www.transnationale.org/anglais/
default.htm](http://www.transnationale.org/anglais/default.htm)

Jovens priorizam saberes que permitem "aprender a vida"



Charlot: Não basta denunciar as estruturas, é preciso mudar as práticas, inclusive as suas próprias práticas dentro da escola

AD verso - É possível fazer uma comparação entre as relações jovem/saber na França e no Brasil? Ou seja, as diferenças entre os dois países influenciam muito na construção dos saberes?

Bernard Charlot - Esta comparação já foi feita, ao menos começamos a fazê-la, num livro que organizei, livro este que foi lançado na França no mês de fevereiro 2001 e que logo vai sair em português pela editora Artes Médicas. Em francês o livro se chama "Les Jeunes et le Savoir. Perspectives internationales" ("Os Jovens e o Saber. Perspectivas internacionais"). O livro inclui também textos da República Checa, da Tunísia e evidentemente da França.

Com base nestes textos, percebemos que, em todos os países, os jovens priorizam dois tipos de saberes e aprendizados: os que são relacionados à vida cotidiana e os aprendizados relacionais e éticos, que remetem à relação com os outros e consigo mesmos. Os saberes de tipo intelectual e escolar são muito menos mencionados na pesquisa, afora "ler-escrever-contar". Assim, os jovens destes quatro países dão prioridade aos saberes que permitem "aprender a vida", entrar em um mundo humano, a ser compartilhado com outros seres humanos.

Adverso - Os jovens brasileiros se diferenciam de alguma forma?

Charlot - Existe uma especificidade dos jovens brasileiros. Mais do que os outros jovens, eles dão prioridade aos aprendizados relacionais e éticos e à necessidade de lutar. Para os jovens dos países estudados, o mais importante é aprender a vida, porém, nos bairros populares do Brasil isto significa aprender a sobreviver lutando e procurando paz. Todavia, encontrei respostas iguais às dos jovens brasileiros quando pesquisei nos bairros populares franceses, particularmente com alunos fracassados de origem migrante. Portanto, acho que esta é mais uma característica dos meios populares do que uma especificidade verdadeiramente brasileira. A especificidade brasileira fica mais no conteúdo dos saberes (relacionais e éticas) (notadamente porque estes conteúdos apresentam mais um cunho religioso).

Adverso - Qual a influência da globalização no

Entre os dias 24 e 27 de outubro deste ano, o professor Bernard Charlot estará em Porto Alegre participando do Fórum Mundial de Educação. Com trabalhos reconhecidos internacionalmente, ele pretende centrar sua palestra na relação entre o jovem e o saber, tema que vem pesquisando nos últimos anos e que virou livro recentemente. Na capital francesa, Charlot divide o tempo entre as aulas na Universidade de Paris e as pesquisas com jovens da periferia. Do Fórum sua expectativa é de que o debate sobre o neoliberalismo e globalização avance no sentido prático, e que não seja apenas mais um movimento de resistência. De acordo com os organizadores, o debate vai privilegiar as experiências educacionais da América Latina, África e Ásia, partindo de quatro eixos temáticos: "Educação como direito", "Educação e culturas", "Educação, trabalho e tecnologias" e "Educação e transformações". No que se refere à participação, a expectativa é de que o Fórum Mundial da Educação, que é preparatório ao Fórum Social Mundial 2002, reúna mais de 15 mil pessoas de todo o mundo na cidade gaúcha, que já é considerada a capital mundial da resistência à globalização econômica.

Maricélia Pinheiro

processo educacional na França?

Charlot - A globalização é mundial, portanto traz efeitos em todos os países. Assim se faz necessário relembrar os efeitos internacionais da globalização, que vem produzindo um mundo em que o dinheiro é o único critério de avaliação de tudo quanto existe. Daí decorre a transformação da educação para uma mercadoria, em um mercado mundial. Hoje, esquece-se que o papel específico da educação é transmitir o patrimônio humano de saberes e valores para a geração seguinte, possibilitar a ela o encontro de referências para compreender a sua relação com o mundo, com a vida, com os outros e consigo mesma. É certo que a educação também ajuda os jovens a encontrar um bom trabalho, mas isso não é a sua função única nem primeira. Ora, hoje em dia a gente pensa apenas neste

“ Mais do que outros, os jovens brasileiros foram insistindo nos aprendizados relacionais e éticos e na necessidade de lutar ”

papel da educação e está esquecendo aos poucos a importância dos saberes, da cultura, dos valores. Consequentemente, os jovens não entendem mais o porquê da escola, o sentido dela, além de conseguir um bom trabalho mais tarde. Daí a chamada crise da escola. A instituição que deve assumir o papel de relembrar os valores, portanto, de resistir à crise moral e ética atual, é afligida por esta crise. Pode-se resistir no dia-a-dia da sala de aula (e da família), mas deve-se igualmente lutar contra a própria fonte da crise, isto é, lutar para melhorar o mundo atual e impedir que ele se torne ainda pior com o advento neoliberal.

Adverso - A crise na educação é a mesma no mundo todo?

Charlot - Cada país vive esta crise de uma forma relacionada à sua história. Na França encontram-se duas especificidades que conferem à crise sua própria forma. Em primeiro lugar, a escola pública foi organizada com base numa aliança forte entre a escola e o Estado nacional republicano. Existe um risco forte de que o mercado substitua o Estado. Já os municípios e as entidades locais estão substituindo aos poucos o Estado, o que na França traz problemas. Em segundo lugar, existe na França uma ligação forte entre o nível de escolarização (isto é o diploma) e o nível do emprego que pode-se arrumar. De tal mo-

do que ainda mais que em outros países, na França a escola é percebida apenas como a via para o emprego.

Adverso - O que o seu trabalho trará de novo para o Fórum Mundial da Educação?

Charlot - Gostaria que ele trouxesse a ideia de que estamos nos defrontando com dois desafios: resistir ao neoliberalismo e à sua forma de globalização, mas também mudar a escola atual. Ela tampouco é democrática, não esqueçamos disto. Ao resistir ao neoliberalismo, não devemos esquecer da necessidade de mudar a escola atual. Acredito que, às vezes, entre as pessoas que recusam a globalização existem também aqueles que estão defendendo os seus privilégios... Por isso, gostaria também que o meu trabalho possibilite pensar melhor as relações entre a mudança das estruturas e as práticas. Não basta denunciar as estruturas, é preciso mudar as práticas, inclusive as suas próprias práticas dentro da escola e da sala de aula. Além disso, gostaria que este Fórum não fosse apenas uma defesa, mas fosse também um avanço. Não se trata de recusar a globalização para ficar trancado no seu canto nacional ou local. Trata-se, sim, de construir um mundo que não seja o mundo da globalização neoliberal, mas o mundo da solidariedade dos seres humanos. Educação é um triplo processo - humano, social e singular -, sendo que cada um é inseparável dos demais. Por ser um processo humano, a educação fundamenta a possibilidade e a necessidade de uma mundialização que seja uma interligação entre seres humanos solidários, quaisquer que sejam a sua origem e o seu sexo. Por ser um processo

“ A educação também ajuda os jovens a encontrar um bom trabalho, mas isso não é a sua função única nem primeira ”

social, ela traz a necessidade de respeitar as diferenças culturais (na medida em que estas não contrariem o estatuto de ser humano). E por ser um processo singular, ela impõe dar atenção a cada ser humano, particularmente a cada criança.

Espero que o Fórum permita refletir sobre as várias formas em que esta problemática apresenta-se em vários países. Será um Fórum mundial contra a mundialização neoliberal e a favor de uma mundialização solidária. Os vários Fóruns que Porto Alegre organizou e está preparando contribuem para esta outra forma de mundialização.